

Memória Institucional e suas Idiossincrasias

Ana Lérica Pacheco Gutierrez

Maria de Lourdes Borges

Introdução

Quando descreve os vários pontos de vista que compõem a memória de uma coletividade, Halbwachs (2006) possibilita o estabelecimento de um diálogo com Gondar (2016) e sua primeira proposição de que a memória é polissêmica, o que sugere que este autor possa ser trabalhado com esse enfoque múltiplo, mantendo sua atualidade em termos conceituais.

Para este estudo, parte-se do pressuposto que as manifestações e representações compreendidas pelo conceito de memória coletiva adquirem, no âmbito das organizações e instituições, os contornos de memória institucional, sendo este o termo adotado.

Assim sendo, o objetivo deste estudo é o de apresentar reflexões acerca das idiossincrasias sobre a memória institucional a partir do entendimento de Thiesen (2013), Costa (1997) e outros autores.

Muitas áreas do conhecimento abordam o tema da memória, embora o enfoque e a nomenclatura sejam diversos, de forma que áreas como Psicologia, Neurociências e História tratam da memória; já as áreas da Administração e das Ciências da Informação abordam os conceitos de memória organizacional e corporativa; a memória Institucional é estudada na área de Comunicação Empresarial enquanto as áreas de Ciências da Informação e História referem memória social (MOLINA; VALENTIM, 2011). Neste sentido, Thiesen (2013) argumenta que o encontro entre a “diversidade de olhares”, através de interações e interseções, estabelece uma busca por soluções próprias, a partir de problemas semelhantes de outras disciplinas.

Memória Institucional

Observa-se nos últimos anos considerável aumento produção acadêmica sobre memória institucional como objeto de estudo (GUTIERREZ, 2017), tanto em organizações privadas (MOLINA; VALENTIM, 2011) quanto públicas (MATOS, 2004), embora o referencial teórico ainda esteja difuso. Halbwachs permanece sendo referido em estudos de memória institucional (COSTA, 1997; RIOS, 2008; BARBOSA, 2010), devido à abordagem da memória de coletividades, embora os contextos temporais sejam tão diversos e a contemporaneidade seja marcada por instabilidades. Rueda, Freitas e Valls (2011) perceberam poucas definições específicas para memória institucional e uma associação de significados entre as palavras organização e instituição, usadas frequentemente como sinônimas, por isso abordam a memória institucional a partir das definições de memória, instituição e organização.

Por sua vez, Thiesen (2013) estabelece diferenças entre memória organizacional e institucional a partir da distinção entre organização e instituição. A instituição se atualiza no interior da organização, para desempenhar sua função de reprodução. As ações institucionais obedecem a padrões que se repetem em hábitos, porém enquanto a prioridade da organização é a eficácia, a da instituição é a legitimidade (COSTA, 1997, p. 146). Assim, a memória organizacional privilegia o aspecto da eficiência ao tratar a informação-memória, enquanto a memória institucional abrange a organizacional, embora não se limite a ela, de forma que as relações de força e legitimidade definem o plano institucional que, por sua vez, define a organização (COSTA, 1997).

Portanto, as instituições refletem as formalizações das culturas através do tempo, do que as sociedades cultivam como maneiras de pensar, ou seja, aquilo que instituem; e esse percurso deixa vestígios visíveis e invisíveis, constituindo legados ou memórias, produtos da experiência humana em sociedade (COSTA, 1997). A memória institucional é percebida como um jogo de informações permanente, construído em práticas discursivas dinâmicas: o instituído e o instituinte, que são duas faces da instituição (COSTA, 1997).

Para Costa (1997, p. 5) instituições são formas de “saber-poder” emergentes nas sociedades, com faces simétricas: lembrar e esquecer; e feitas de comportamento e prática. Esquecimento se articula com lembrança, e ambas são potências que constituem as duas faces móveis da memória, através de um processo seletivo que atua no conjunto das instituições sociais (COSTA, 1997).

Costa (1997, p. 8) pressupõe que o fenômeno da memória apresenta características especiais no quadro das instituições, por isso busca identificar o processo de institucionalização das práticas sociais, seus mecanismos de controle social a partir de um quadro de mudanças que emergiram na contemporaneidade. Para esta autora, as instituições não excluem a mudança, embora ocorra uma contínua força reprodutora “de práticas institucionais, transmitidas de geração para geração sob o manto da legitimidade” (COSTA, 1997, p. 8).

Costa (1997) evidenciou ainda a questão da representação ou “re-apresentação do real”, segundo a qual representar é classificar e classificar é um exercício de poder. A autora adverte sobre a falsa ilusão da neutralidade, já que representar é uma escolha e um ato político, identificando nesse processo seletivo a chave para a compreensão da memória institucional em seu “movimento” de lembrar e esquecer. Costa (1997) pressupõe a existência de outras formas de olhar as instituições e suas memórias, levando em consideração aspectos instituintes e instituídos no processo de conceituação de memória institucional, de modo a “compreender as instituições como escolhas feitas no seio da sociedade”. Portanto, instituições são artifícios ou respostas a problemas criados pelos grupos sociais, e para mudá-las, deve-se transformar os valores que estão por trás dessas escolhas, para que se possa falar em uma memória institucional que contemple novas formas de subjetivação e maneiras de viver consigo mesmo e com os outros (COSTA, 1997). É neste sentido que Costa (2013, p. 132) argumenta que o fenômeno de criação de centros de memória em empresas e órgãos públicos, no Brasil ocorreu de forma simultânea com o *boom* da memória, ou o movimento europeu de patrimonialização, sobretudo na França. O fenômeno somou-se ao crescente movimento de economia globalizada entre as décadas de 1990 e 2000, que em contrapartida promoveu a emergência de identidades locais. Nesse contexto, “o papel da memória tornou-se central e fator determinante para a constituição do sentimento de identidade, ou de pertencimento a uma coletividade”. Para Costa (1997, p. 131) a história teria dois papéis: moldar e subverter a memória coletiva em relação de tensão permanente.

Thiesen (2013) utiliza a imagem de uma pirâmide para representar o conceito de memória institucional. A base representaria o sustentáculo da construção que viabiliza a comunicação. Uma espécie de grande arquivo que possibilita as relações a partir da memória e suas funções, entre as quais lembrar e esquecer. Os lados da pirâmide representariam os entendimentos, ou meio de troca e transmissão de informações e memórias. As relações são permeadas pela seleção e pelas diferenças individuais e culturais entre indivíduos, grupos e instituições, pois cada um carrega o resultado de suas experiências. No topo da pirâmide, as emoções representam o motor a partir do qual a informação produzida circula, entre o topo e a base, em processos “mais ou menos interativos e conflitivos de socialização” (COSTA, 1997, p. 136). A energia da ação ou movimento dá vida à pirâmide, ou seja, toda instituição “só existe em processo”, comportando uma face instituída e outra instituinte, memórias e saberes interagindo “nas relações sociais, institucionais e inter-institucionais” (COSTA, 1997, p. 136). Em outras palavras, a instituição é entendida como um corpo em processo, cujas células precisam trabalhar solidariamente para o funcionamento padronizado e criativo, ou seja, passível de se repetir, mas contemplando a diferença (COSTA, 1997). A autora propõe a análise do conceito de memória institucional “como um híbrido, que comporta o mesmo e o outro”, quando argumenta que a instituição contém a repetição, identificada pela identidade e a representação, sem a qual

enfraquece; e a mudança, associada com as interrupções, descontinuidades, produção do novo do outro e diverso, que alimenta e realimenta a instituição. A mudança institucional não acontece de forma simples, pois as práticas de longa duração estão sedimentadas no tempo, em uma memória-hábito que produz rotinas a serem repetidas. É o processo de seleção existente nas instituições que faz com que elas lembrem e esqueçam, pois “para que determinados dispositivos informacionais sejam preservados e reproduzidos, é preciso que outras informações sejam descartadas, mesmo que temporariamente” (COSTA, 1997, p. 138).

Da mesma forma, é da natureza da instituição lidar com crises, seja no sentido criador e positivo de práticas conflituosas dimensionadas pela multiplicidade de indivíduos; seja no sentido de ameaça e questionamento aos valores institucionalizados, por definir-se como “lugar de exclusão da diferença e da mudança” (COSTA, 1997, p.139). Portanto, as instituições são “integradoras e formalizadoras de práticas e comportamentos, com a função inicial de fixar enunciados para, em seguida reproduzi-los”, sendo importante distinguir a dimensão instituinte da instituída (COSTA, 1997, p. 144).

Para Costa (1997, p. 145), a mudança institucional é lenta, mas acontece. A memória é um elemento primordial para o funcionamento e reprodução de instituições, retendo apenas informações que interessam ao seu funcionamento. A preocupação com a imagem junto à sociedade tem gerado a divulgação das realizações institucionais, embora a autora perceba obstáculos para que se possa dispor dessas memórias. Como solução, aponta para uma visão da memória como singularidade e não retenção de informações. Se são as pessoas que fazem a instituição, a memória institucional é reflexo dessa trajetória, com múltiplas facetas. Quando aborda a crise das instituições, Costa (1997) lembra que o que esteve protegido pela legitimidade, “em forma de segredo, censura ou exclusão”, tem sofrido pressão para abertura. Acontecimento visto como indício de mudança social, já que são as instituições que definem o que é público e privado (COSTA, 1997).

Considerações Finais

Neste estudo buscou-se apresentar reflexões acerca das idiosincrasias sobre o entendimento da memória institucional e seus meandros a partir do entendimento de Thiesen (2013), Costa (1997) e outros autores. Por meio das reflexões ora apresentadas, observa-se que a memória institucional remete a experiências híbridas, que variam entre uma aproximação ou distanciamento no e do social, ou seja, um retorno reelaborado de conquistas e vicissitudes, por isso defende a construção de uma memória institucional no tempo presente. Nesse sentido, as instituições precisam ser vistas, ora como invenções, ora como artifícios e em outras como tendências. Enfim, elas poderão ser o que se agenciar coletivamente, de forma heterogênea. Costa (1997) percebe que para avançar para além do conhecimento técnico, sendo que a instituição reside neste ‘além’, é preciso estabelecer novos nexos entre o passado e o presente.

As reflexões ora apresentadas apontam para a direção que a memória institucional possui um caráter ambivalente e indissociável entre lembrança e esquecimento, resultante de um processo contínuo de seleção, que parece evidenciar prioritariamente a experiência vivida no presente, promovendo o esquecimento dos registros do passado. As abordagens e aprofundamentos teóricos sobre a memória institucional em relação a diferentes tipos de organizações que aninham as instituições podem oferecer uma compreensão mais apurada sobre as mesmas, seu papel na sociedade, elementos constituintes, espaços de memória e, principalmente, sobre a contribuição dos indivíduos na formação da(s) identidade(s) institucional(is), bem como na constituição das comunidades profissionais.

Referências

- BARBOSA, A. A. *O Lugar da Memória nas Organizações Complexas*. Congresso brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, 4. ABRAPCORP, 2010.
- COSTA, I. T. M. *Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*. 1997. 169f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - IBICT-UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.
- GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, V.; FARIAS, F. R. de; GONDAR, J. (Orgs.). Por que memória social? *Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social: edição especial*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016.
- GUTIERREZ, A. L. P. *Memória institucional e gestão documental no Instituto de Matemática e Estatística da UFRGS*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2017.
- HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LINDE, C. *Working the Past*. Narrative and Institutional Memory. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- MATOS, M. T. N. B. *Memória Institucional e Gestão Universitária no Brasil: o caso da Universidade Federal da Bahia*. 2004. 184f. Tese (doutorado) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- MOLINA, L. G.; VALENTIM, M. L. P. Memória organizacional, memória corporativa e memória institucional: discussões conceituais e terminológicas. *Revista EDICIC*, v. 1, n.1, p. 262-276, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115215>>. Acesso em maio 2015.
- RIOS, D. F. *Memória e História da Matemática no Brasil: a saída de Leopoldo Nachbin do IMPA*. 2008. 143f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.
- RUEDA, V. M. S.; FREITAS, A.; VALLS, V. M. Memória Institucional: uma revisão de literatura. *CRB-8 Digital*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, abr. 2011
- THIESEN, I. *Memória Institucional*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

Agradecimento: UFRGS e CNPQ